

Coimbra: uma crise mais ampla?

Eduardo Dâmaso e Luís Costa

LONGE vão os tempos das barricadas e dos conflitos estudantis contra a policia em plena Praça da República ou nas escadas monumentais que dão acesso à Universidade de Coimbra. Longe vai a década de 60 e o tempo em que os estudantes queriam mudar o mundo. O tempo mudou, as pessoas também, mas os problemas do ensino superior persistem ou agravaram-se. «Numerus clausus», precedências, prescrições, desemprego, estruturas pedagógicas decadentes, regulamentos repressivos são, entre outros, os retalhos de uma manta gigantesca.

Um inquérito sociológico, realizado em 1986 pelo Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia de Coimbra revela a existência

de «factores de crise latentes» que podem ser considerados de carácter «explosivo», agravado pelos níveis de insucesso escolar que, em alguns casos, são alarmantes.

Na Universidade de Coimbra, um terço dos alunos inscritos nos últimos cinco anos não obteve aproveitamento final. No ano lectivo de 1981/82 licenciaram-se 1143 estudantes nas sete faculdades deste estabelecimento de ensino, e em 1984/85 este número baixou para 993. A Faculdade de Direito, que todos os anos recebe 500 novos alunos, licenciou 166 estudantes em 1981/82, cerca de 150 nos anos seguintes e apenas 81 em 1984/85. A Faculdade de Ciências, que é a mais populosa, com cerca de três mil estudantes, nunca ultrapas-

sou a escala dos 286 licenciados nos últimos cinco anos. Em 1984/85 verificaram-se 4 mil reprovações num universo de 12 mil alunos.

Factores de crise específicos

Uma estrutura pedagógica ultrapassada e deficiente, o absentismo e a frágil formação de professores, o bloqueamento das saídas profissionais e o crónico problema das instalações escolares continuam a ser apontadas como as principais causas do actual quadro de tensões que se vêm acumulando no tecido universitário português. Em Coimbra a situação não foge à regra, particularizada entretanto pelas chamadas «reivindica-

ções latentes» — isto é, as condições ou factores de crise no viver quotidiano estudantil, que podem ser considerados de carácter «explosivo» à luz do já citado inquérito do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia de Coimbra.

Segundo o sociólogo e docente desta Faculdade, Boaventura de Sousa Santos, «há uma série de reivindicações latentes, de factores de crise, que condicionam negativamente as práticas sociais dos estudantes, que muitas vezes as sentem com enorme passividade, sem delas terem consciência ou assumindo-as individualmente». E prossegue Sousa Santos: «Em determinados períodos de crise, estas condições podem vir a ser assumidas rapidamente, se bem

que até hoje tenham permanecido no reino das reivindicações latentes e não haja conhecimento de que tenham desencadeado qualquer movimento estudantil.»

«Paragem no tempo»

Os dados do inquérito, intitulado «Condições e Práticas Sociais dos Estudantes da Universidade de Coimbra», são elucidativos da situação «explosiva» que se poderá desencadear se comparados com as evoluções registadas no mesmo âmbito a nível nacional. Relacionando dados referentes aos anos de 1964/65 com elementos correspondentes a 1986 (um período de mais de vinte anos), constata-se ter aumentado a proporção de estudantes que vive num quarto arrendado

(23 por cento contra 45 por cento na actualidade), exemplo de uma crescente forma mais individualizada de habitação, com redução da importância das residências colectivas, e do decrescendo da autonomia e gestão do quotidiano universitário.

Quanto às práticas sociais de habitação e enquanto as melhorias a nível do país foram sensíveis nas últimas duas décadas, a condição psico-sociológica da habitação universitária coimbrã aparece seriamente ameaçada pela «paragem no tempo» dos factores evolutivos.

«Mais grave que tudo isto é ainda a falta de autonomia dos estudantes para gerir o seu espaço e este é, certamente, o mais significativo dos factores de crise latentes», sustenta Boaventura de

Sousa Santos, que fornece dados elucidativos: em Coimbra, cerca de 35 por cento dos estudantes só podem receber pessoas do mesmo sexo no seu quarto, 10 por cento têm limitação quanto ao consumo da electricidade, 12 por cento confrontam-se com restrições quanto à hora de entrada em casa.

Até hoje não acopteceu, efectivamente, nenhuma movimentação estudantil de massas para contrariar uma situação desadequada no espaço e no tempo. Mas se os estudantes ainda não se consciencializaram deste conjunto de «reivindicações latentes», a busca de soluções individuais já começou: idas ao psiquiatra, consumo de droga e deliberada opção pelo insucesso escolar, são

elementos, constatados no inquérito realizado.

Crise prevenida ou adiada?

O aumento de privacidade dos estudantes, o reforço da sua individualização, que pode desenvolver-se via alienação e transmutar-se em factor de crise é um processo accentuado pelas limitações quanto aos costumes culturais; faltam os meios financeiros porque as bolsas são exiguas e o preço de quartos é elevado; o sistema de ensino vigente sobrecarrega demasiado os estudantes ao longo do ano lectivo e deixa-lhes também pouco tempo para a actividade associativa, para o cinema, teatro, leitura, participação em projectos comuns, enfim para o consumo cultural.

«A pena que só se fale de contestação estudantil quando as reivindicações assumem a forma explícita — alerta Boaventura Sousa Santos. Era bom que se equacionassem as reivindicações latentes, que delas houvesse consciência. Justifica-se uma intervenção preventiva por parte dos responsáveis.» De contrário — declaram unanimemente professores e dirigentes estudantis, como é o caso de João Granja, membro da Comissão Política nacional da JSD, ou o próprio presidente da Associação Académica, Benjamin Lousada — uma crise mais ampla e alterosa pode perfeitamente ultrapassar de um momento para outro a actual fase de reivindicação corporativa dos estudantes de Coimbra.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

universidade - 6pian